



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

reveedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Veiga Greive, Cynthia; Soares Gouveia, Maria Cristina  
Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas  
republicanas  
Educação e Pesquisa, vol. 26, núm. 1, junio, 2000, pp. 135-160  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29826110>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas**

Cynthia Greive Veiga  
Maria Cristina Soares Gouveia  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

### **Resumo**

O artigo discute as peculiares da identidade do brasileiro a partir dos estudos institucionais da comemoração da infância em Belo Horizonte.

Partindo da constatação de que entre o fim do século XIX e o início do XX difere a tessitura dos campos antropológico, médico, jurídico, pedagógico e psicológico estabelecidos com o intuito de produzir essa identidade, o trabalho focaliza três eventos relevantes na cidade: o dia da criança realizada data nacional de 12 de outubro, instituída em 1924 e fortemente identificada como uma festa escolar; as festas de Natal para as crianças pobres, nas quais a filantropia mobilizou diferentes setores da sociedade; e os concursos de robustez e beleza infantil, iniciados em Belo Horizonte a partir de 1935, com a intenção de comemorar a infância associada aos ideais eugenéticos.

Argumenta-se que tais eventos contribuíram para a legitimação e propagação dos saberes científicos que elegeram a criança como objeto central de estudo e intervenção. Mais do que celebrar a infância, buscava-se promover as ciências, como objetivo de perseguição ideal de uma civilização igualitária, em boas marcas por profundas clivagens sócio-raciais, e projetar a criança como utopia de um mundo adulto a ser estabelecido. O trabalho mostra nas condições que, hoje, traços de realização desse evento ainda se mantêm, revelando a permanência de um ideal racial europeizado que marca pela exclusão a vivência de parte das crianças brasileiras.

### **Palavras-chave**

Infância – História – Comemoração.

**Correspondência para:**  
Cynthia Greive Veiga  
Rua Lúnara, 248  
30770-030 Belo Horizonte – MG  
e-mail: [greive@fae.ufmg.br](mailto:greive@fae.ufmg.br)

## **Commemorate the childhood, what child to celebrate? Commemorative feasts in the first republican decades in Brazil**

Cynthia Greive Veiga  
Maria Cristina Soares Gouvêa  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

### **Abstract**

*The article discusses aspects of the various processes of formation of the identity of the Brazilian people, starting from the study of the institutionalization of the commemorations of childhood in Belo Horizonte.*

*Starting from the fact that between the end of the 19<sup>th</sup> century and the beginning of the 20<sup>th</sup> century several statements originated in the anthropological, medical, juridical, pedagogic and psychological fields are established with the intention of producing that identity, the work focuses on three events performed in the city: the national day of the child celebrated on the 12<sup>th</sup> October, instituted in 1924 and strongly identified as a school party; the Christmas parties for the poor children, where the philanthropy mobilized different sectors of the society; and the child robustness and beauty contests, initiated in Belo Horizonte in 1935 with the purpose of celebrating the childhood associated to the eugenic ideals.*

*The study argues that such events contributed to legitimize and propagate a scientific knowledge that chose the child as its central object of study and intervention. More than to celebrate the childhood, it was the sciences that were commemorated with the objective of pursuing the ideal of a civilized and united nation, although marked by deep socio-racial cleavages, and to project the child as the utopia of an adult world to be established.*

*The work concludes by showing that nowadays events reminiscent of those celebrations still take place, revealing the permanence of a Europeanized racial ideal that mars with exclusion the existence of part of the Brazilian children.*

### **Keywords**

*Childhood – History – Commemorations.*

**Correspondence:**  
Cynthia Greive Veiga  
Rua Lunardi, 248  
30770-030 Belo Horizonte – MG  
e-mail: [greive@fae.ufmg.br](mailto:greive@fae.ufmg.br)

(...) A胎re fa é imensa e urgente, o tempo da vida é breve, os acontecimentos precipitam-se, – é nesse sári que nos corpos de dez anos já se temperem as mas de vinte, e que na inocência dos meninos, já se afirma a energia da ciência.

Revista do Ensino, 1927

Intitulado *Palavras aos meninos brasileiros*, o poema de Olavo Bilac, publicado no número III da Revista do Ensino de Minas Gerais, em 1927 (p.542), fazia um apelo para que os meninos brasileiros tomassem consciência de sua função social como crianças, pois, segundo ele, o momento era de “crise perigosa da formação do Brasil”. Bilac, como outros autores, era um dos defensores da produção do sentimento nacional para a qual corria a necessidade de educação, pré-requisitos da existência do povo e da civilização (Oliveira, 1990).

Ora, apesar dos anos 20 serem reconhecidos como a décadade em que difere os autores se preocuaram em pensar na nação, o tema da formação da sociedade brasileira, enquanto problema, já se fazia sentir desde meados do século XIX. Entre o século XIX e início do século XX, diferentes saberes se estabeleceram para produzir a identidade do brasileiro, oriundos dos campos antropológico, médico, jurídico, pedagógico e psicológico. Neste esforço de compreender a nação, destaca-se a importância da infância como componente do ideal de nação civilizada, ao mesmo tempo em que, a partir dos diferentes campos científicos, buscou-se constituir também uma identidade para a criança brasileira.

Este artigo pretende tratar dos processos múltiplos de formação desta identidade a partir de atividades que envolveram a comemoração da infância brasileira, particularmente em Belo Horizonte. Nos desdobramentos dos eventos comemorativos, estabeleceram-se lugares bem demarcados, onde infância e criança possuíram entre si relações diversificadas (Pilotti, 1995, p.25). O termo infância, tomado como uma categoria que diferencia uma etapa da vida de

outras, assumiu também, nos discursos científicos, uma ênfase de tratamento diverso do restante da população, constituindo-se como componente da dinâmica social. Os termos assistência, proteção e cuidado da infância, tão comuns na época, construíram para esta geração uma centralidade segundo a qual dela dependia o futuro da raça e da nação brasileira. Já em relação à criança, o enfoque esteve na conformação de seu desenvolvimento físico-mental único, adquirindo uma multiplicidade de identidades – *criança pobre, criança robusta, criança retardada, menor abandonado*. A esses adjetivos que categorizavam o tipo de criança, associaram-se também diferentes condições de infância, condições essas que a ciência pretendeu normatizar, por isso, comemorar.

Nos festejos da criança em Belo Horizonte, destacamos movimentos distintos, os quais nos propomos a analisar. Um primeiro refere-se à comemoração do dia da criança, instituída nacionalmente em 12 de outubro de 1924 e que esteve basicamente relacionada à escola, sendo dirigida principalmente aos(as) escolares. Outro diz respeito à comemoração da criança pobre, particularmente nas festas de Natal, celebrações na cidade de desde a década de 10, na qual a filantropia esteve fortemente presente, mobilizando diferentes setores da sociedade. O terceiro movimento relacionou-se aos concursos de robustez infantil, iniciados em Belo Horizonte a partir de 1935, sendo este um certame que envolvia toda a cidade, na intenção de comemorar a infância eugênica.

### **Comemorar o quê e para quê?**

A palavra comemorar, do latim *commemorare*, segundo o Aurélio, é *trazer à memória, fazer recordar, lembrar*. Nos anos iniciais da república, as elites intelectuais chamavam a atenção para a necessidade do cultivo da memória nacional pelos escolares e pela

população. Autores como José Veríssimo (1985) [1890] diziam até mesmo que o desconhecimento do passado e a ausência de sua rememoração eram ameaças à unidade nacional. O tema esteve presente entre os anos 20 e 25 em outros autores como Coelho Neto, Rocha Pombo e Olavo Bilac (Bittencourt, 1990), sendo possível perceber que a temática da memória nacional implicava um conjunto de rituais que deveriam estar presentes nas festas: a saudação à bandeira, o canto dos hinos, a inauguração de monumentos e estátuas de heróis, leitura de contos e poesias patrias etc. Esses artifícios coletivosaram-se como fundamentais para a celebração da nação, das instituições, da escola e da criança.

Le Goff (1990) observa que a produção da memória coletiva foi essencial na luta das forças sociais pelo poder, sendo que os membros das elites dominantes se tornaram os senhores da memória e desse conhecimento, através de manipulações, escolhas e da produção de certa noção de tempo histórico. O tempo republicano brasileiro, ainda por ser consolidado, precisaria constituir uma mentalidade cívica, pois a população, para viver a república e legitimá-la, deveria compreendê-la. Destaca-se que, nesta "nova" era, instaurou-se, nos diferentes discursos, a ideia de que novas vertentes de cultura adentrar-se pelos sentidos; nas festas, a república surge como espelho formador da população, simulacro de novos protagonistas da história.

Na perspectiva da invenção de um novo tempo, a geração da população foi indicada como urgente, entre o passado e o presente, velhos e novos hábitos, esteve um vazio afiliativo: o novo cidadão precisaria ser sempre no mesmo trabalho, "na qual se transição do nada à existência" (Ozouf, 1989). No caso da criança, geração nascente, não haveria nada a conservar, tratar-se-ia de um renascimento físico e mental para compor uma nova raça. Mais que sua formação, coloucou-se como imperativo a sua criação, sua invenção. Entretanto, as

elites deslocaram que isso não era suficiente, era preciso também inventar a família, a mãe, a professora, enfim, as mulheres, além, evidentemente, de novas escanções para o tempo público – a festa da criança era uma delas.

Portanto, as comemorações da infância se instituíram como festas cívicas, celebrando o primeiro cidadão. Nesse contexto instituíram-se os discursos legitimadores e propagadores das idéias que viriam a subsidiar as políticas sociais sobre a infância. Maria L. de Moura, em artigo de 1914 intitulado *"Estamos no século da criança"*, dizia, "com entusiasmo de moça e coração de mulher", que

de algum tempo a esta parte, todos os países cultos, todos aqueles que vêm na criança o futuro das suas instituições, todos aqueles que estudamos fenômenos biológicos e sociológicos e que têm observado a geração provada de toda a espécie; todos aqueles que se preocupam com o progresso inevitável, porém lento ou progressivo e enorme, segundo o povo e as instituições; todos convergem os seus esforços para um fim comum, cada qual como lhe parece, mas todos olham para este progresso por um prisma único – a educação infantil.

Desfazer-se do passado e inventar, através de ações destinadas ao cultivo da infância no presente, o cidadão do futuro, educado física, intelectual e moralmente, sem vícios e nem surpresas passadas – para isso a criança foi monumentalizada.

Segundo Le Goff (1990), o monumento se caracteriza por uma relação de "perpetuação das sociedades, é um legado à memória coletiva e um esforço para impor ao futuro determinada imagem de si próprias". As elites governamentais e intelectuais ensejam, na comemoração da criança, a aproximação com

1. Jornal *Imprensa de Minas*, 02/12/1914.

a civilidade dos “países cultos”, buscando construir a representação de uma nação viável, com possibilidade de progressos, mesmo que de forma lenta, dado ao que se chamou de “especificidade da população brasileira”.

Estas particularidades, sabemos, estiveram no íntimo do da profusão de raças (e de suas assimilações) e nas questões relativas a hábitos e valores. Diferentes ciências concorreram para se desfazer desse passado e suas ações envolveram as crianças e suas famílias. Observamos que, neste aspecto, a população brasileira foi representada pela falta, ou seja, pela ausência de atributos positivos, em geral relacionados à longa duração das experiências de crescimento. Lício Carvalho (1926, p.286), entre vários outros autores, foi exemplar na divulgação dessa linha de reflexão.

A família brasileira, evitada assim por esses feitos consuetudinários, não pode, pois, senão muito excepcionalmente, proporcionar uma conveniente educação inicial à criança durante a época na média infância.

Na firme intenção de sair o povo, entendendo aí as famílias e as crianças, já desde o século XIX disseminaram-se estudos e tropológicos no propósito de investigar a composição racial da população (Corrêa, 1988). Além disso, divulgaram-se as práticas higienistas, com estratégias de amplo alcance, no objetivo de criar hábitos relativos ao cuidado com o corpo e sanitização dos espaços (cidades, escolas, moradias etc.). Diferentes instituições e serviços de inspeção sanitária foram criados, além de campanhas de vacinação e combate a doenças, destacando-se ainda a organização de vários Congressos de Medicina, a elaboração de regulamentos sanitários e modelos de fichas com diversificações das pessoas, bem como os serviços de inspeção sanitária escolar subordinados à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública de cada Estado.

Em relação à infância, mais especificamente, foi criado, em 1899, no Rio de Janeiro, por Mancorvo Filho, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais desde 1897, o mesmo instituto foi criado em 1910 e reconhecido como utilidade pública em 1919.

Vários eventos aconteceram no intuito de estabelecer parâmetros de proteção e intervenção do meio e da hereditariedade da criança, como o 1º Congresso Pan-Americano da Criança, 1916, realizado em Buenos Aires, sendo Mancorvo Filho um dos articuladores-chave, e o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, dezenas de anos depois, uma série de estratégias jurídicas.

A combinação entre higiene e engenharia, ações interventoras da medicina, estiveram também associadas ao campo jurídico. Em janeiro de 1916 foi promulgado o Código Civil Brasileiro (Lei 3.017), depois de uma longa tramitação que se arrastava desde o Império.<sup>2</sup> Na parte geral, livro I, capítulo I, por exemplo, estabeleceram-se como “absolutamente incapazes” de exercer atos de vida civil: menores de 16 anos, “loucos de todo gênero” e surdo-mudos; e como “relativamente incapazes”: os idosos entre 16 e 21 anos, as mulheres casadas, os pródigos e “selvícolas”.

Na parte especial, *Do direito da família*, proibia-se o casamento entre parentes; o marido é oficializado como chefe da sociedade conjugal, tendo até mesmo o direito de autorizar a prisão da mulher (cap. II, artigo 233, IV), havendo também uma série de disposições relativas à proteção dos filhos. Neste item, observam-se estratégias de coação à mulher em caso de separação e anulação de casamento. No caso de desquite judicial, os filhos menores ficariam com o “cônjuge inocente”; se ambos fossem culpados, a mulher ficaria com os filhos até 6 anos, sendo que,

**2.** Segundo Paulo de Lacerda (1926), a primeira tentativa de codificação do direito civil se deu em 1859 com Teixeira de Freitas.

após esta idade, os meninos passariam para a guarda do pai. Tam bém em caso de novo casamento, a mulher perderia o pátrio poder sobre os filhos. Houve ainda toda uma regulamentação dos chamados “filhos legítimos, ilegítimos e adotados”, além da obrigação dos pais de tratar as crianças com zelo, dar-lhes educação, e ainda garantir-lhe a transmissão de propriedade de bens.

No ta-se que o código civil oficializava e regulava uma determinada conceção de família, a monogâmica e nucleada, punindo assim situações que ultrapassem esse modelo, além de estabelecer a questão da incapacidade do exercício dos direitos civis. Outras situações de normalização social foram acontecendo, como em Belo Horizonte, a criação, em 1927, da Delegacia de Costumes e Jogos, para controle da prostituição e, em nível nacional, o Regulamento de Assistência e Proteção a Menores Abandonados (decreto 7.680, 03/06/1927). Nessa legislação, o objetivo era evitar que “menores de índole de feitosa” engrossassem “as fileiras dos delinqüentes profissionais e dos perturbadores da paz e do progresso social”.<sup>3</sup> O regulamento oficializava, ainda, a existência de uma outra infância, constituindo diversas identidades: “crianças abandonadas, pervertidas, delinqüentes e anormais”. É importante lembrar que foi neste contexto que se deu a fundação da Sociedade Euromônica (1919), por Renato Kehl, e a Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923, por Gustavo Riedel.

A pedagogia e a psicologia foram outros campos de saber que se organizaram neste contexto, com o objetivo central de estabelecer uma nova educação que possibilitesse a produção de um novo cidadão e o assentamento de uma nova raça, saudável e ativa. Na época de 20, disseminaram-se as campainhas e reformas sob a denominação de “movimento da escola nova”, também fundamentadas pelos campos da medicina higienista e da europa. Dessa forma, a criança tem sua identidade constituida a partir das relações entre idade, habilidades

sociais, cognitivas e físicas, levando-se em conta os desvios relativos ao modelo socialmente sancionados.<sup>4</sup>

Assim, mais do que formalizar a infância, buscou-se formalizar as crianças, todas elas como objetos psico-médico-biológicos, passíveis de serem medidas, testadas e nomeadas normais ou anormais. No objetivo de perseguir o ideal de uma criança civilizada, as representações de criança projetaram a conceção de infância, como utopia de um novo mundo adulto a ser estabelecido.

DIA DA CRIANÇA QUE ESTUDA  
Meus queridos amigos  
Sabem vocês por que há festa  
Hoje, em todas as escolas:  
Araçá, ouçam, é esta:  
Hoje é dia da criança!  
Como somos importantes!  
Temos sim, toda a importância  
Que nunca tivemos antes.  
Viva pois o nosso dia!  
Viva também a criança!  
E viva a pátria que ri da!  
Somos da pátria que esperança.

(Brancô, 1927)

O dia da criança no Brasil foi oficializado através do decreto federal nº. 4.867 (05/11/1924) para ser comemorado a cada 12 de outubro, havendo uma explícita associação com a comemoração da *descoberta* da América. Kuhlmann Jr. (1998, p.44) observa que a celebração desse dia ocorreu em 1922, no encerramento do 3º Congresso Americano da Criança, realizada juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro.

3. Para uma análise mais detalhada sobre a nomeada infância desvalida neste contexto, ver Veiga e Faria Filho, 1999.

4. Nota-se a problemática de se estabelecer esta relação, uma vez que não era ainda rotina na sociedade brasileira a existência de certidão de nascimento.

Segundo o autor,

a ênfase se em uma data unificada e na *idéia de fraternidade americana*, para o Dia da Criança, associando infância com *sociedade moderna* e *Novo Mundo*, traz à tona a questão do pan-americанизmo. (Griños do autor)

Entre outros aspectos, Kuhlmann Jr. chama a atenção para o fato de que, através de uma série de congressos científicos conjuntos, realizados desde 1882 entre os países latino-americanos, pretendeu-se apresentar às "nações vizinhas" a idéia de que, como elas, estes países não só mereciam progressos científicos, mas também de férias e se preocu-  
pavam com a criança da "raça americana do futuro". Neste contexto, há que se destacar também a divulgação, no Brasil, da promulgação dos Direitos da Criança, conhecida como *Declaração de Genebra* (1923).

Observa-se que as comemorações do dia da criança estiveram associadas não só à divulgação médica do tratamento da infância, mas também aos ideais de cívismo e direito de proteção, bem como a sua inserção na escola. Espaço onde, dentro deste contexto, *naturalmente* toda criança deveria estar, portanto, é uma festa que também comemorava a escola.

Em Belo Horizonte, pudemos observar formas diferentes de celebrar o dia da criança. Na década de 20, a festa foi promovida tanto no lar, sendo que, na década seguinte, a comemoração se fez de forma mais extensiva, ao ser estabelecida a Semana da Criança, pelo *Rotary Club*, com eventos mais ampliados, e também a Semana da Criança de Belo Horizonte, instituída pelo prefeito, mas a ser comemorada em julho, como veremos adiante.

Festas escolares comemorativas de datas cívicas já se faziam a partir de 1905, no ano de 1905, foi por época da comemoração da república. Entre tanto, a festa da criança, como festa cívica escolar, possuiu uma notória peculiaridade,

uma vez que dava visibilidade à escola, instituição normatizadora e disciplinadora da infância. Os eventos tiveram uma ampla divulgação pelos jornais da cidade, demonstrando a necessidade de publicizar os acontecimentos, sem contar que se associavam a uma série de outras possibilidades de comemoração.

Em primeiro lugar, o dia da criança foi associado ao dia do descobrimento da América. No *Minas Gerais* de 13 de outubro de 1928, a relação é evidente.

Os sentimentos de entusiasmo de que somos possuidos pelo heróico feito de Colombo, associam-se à inocente alegria que invade os nossos corações, ao festearmos o Dia da Criança. Festejar a infância é cultivar a pátria, pois é lembrar da educação e do futuro das pequenas crianças, cujas almas, em flor, prometem exemplificar a era da geração vindoura.

Em outros artigos houve comparações entre o que fora a América dos tempos de seu descobrimento, "o continente da criança", cheio de esperanças e promessas, com a imagem de uma infância na qual também se depositavam todas as esperanças do futuro.

Pelo discurso jornalístico, o dia da criança deve vir a inspirar a celebração de outros sujetos, tais como a família e a profissão, bem como os espaços, a própria pátria, o lar e a escola.

O dia de hoje, pois – dia da América e da criança – é o dia da escola; é o dia do lar, é sobre tudo o dia dos pais, que tem muito a esperar da infância brasileira, em cujos corações zinhos palpita, viva e forte a imagem de Pátria.<sup>5</sup>

No ano de 1925, o *Minas Gerais* lembrava que, tendo a festa da criança como

5. *Minas Gerais*, 12/10/1927.

teatro a escola, abençoada pelas professoras, era portanto evidente que “sendo o dia das crianças, o é também o dos que modesta e obscuramente se consagram na nobre missão de ensinar”.<sup>6</sup>

Neste mesmo artigo há uma interessante observação quanto ao fato de a comunicação ser também a festa da família. Para o autor do artigo, poderia até mesmo ser comparada ao Natal, que, embora mais intimo, também é um momento em que se irá dia a家族. Sendo comemorado em família, assim como ficavam por conta da centralidade na criança, criança menor-Jesus e criança-filha de famílias responsáveis na sua tarefa de “talhar a geração vindoura”.

Observa-se nas festas uma performance da educação estético-cívica tão disseminada pelo movimento da escola nova, no intuito de combinar os desportos das sensibilidades, através da educação dos sentidos, com o sentimento de solidariedade nacional (Veiga, 2000). Prolatiza-se para isso todo um ritual que inclui preparação à apresentação, tendo a festa, neste contexto pedagógico, um significado de educação integral e permanente. Estes momentos estiveram contidos numa perspectiva energética de mobilização em torno da necessidade do convencimento de que as pessoas, no caso, as crianças, eram atores do novo espetáculo – a república.

Analizando as atividades das festas para crianças realizadas nos grupos escolares e na escola infantil Delfim Moreira, observou-se que elas possuíam uma forma que não variava muito de escola para escola. Sua estrutura básica compunha-se da formatura dos alunos, marcha, canto do hino nacional, saudação de alguma professora ou autoridade, poesias, cantos, bailados (inclusive o minueto), demonstração de jogos e ginástica, canto do hino escolar, desfile de encerramento e distribuição de balas. Em 1929, registraram-se ainda: procissão, missa e primeira comunhão de 500 crianças do Grupo Escolar Francisco Sales.

Em uma das comemorações, chamou-nos a atenção o fato de, ao final da festa, terem sido distribuídos, pela caixa escolar, uniformes às crianças pobres que estudavam.<sup>7</sup> Apesar de não sabermos se a ação foi feita em público, o fato de estar no tíbia do jornal vem reforçar, mais uma vez, a necessidade de dar visibilidade à escola como espaço para todos e gerenciada pelos poderes públicos. Aliás, no *Minas Gerais* de 1927, dizia-se que a homenagem à criança visava desponer nelas “as virtudes nos corações para durante a vida praticar a bondade”, estando esta intensão extensiva “até” aos mais humildes que “podem e devem praticar (a bondade), para se tornarem dignos da terra livre em que nasceram”.

Ou tro desafios refletiram-se às constantes notícias das festas em outros espaços escolares como o Instituto São Rafael, para cegos, e o Instituto João Pinheiro, para crianças pobres. Entre tanto, o mesmo não acontece no Abrigo de Menores Afonso de Moraes, destinado ao recolhimento de menores abandonados e/ou órfãos e na Escola de Reforma Alfredo Pinto, para menores infratores (Veiga, 1994). Para estes meninos, como veremos, a comunicação se dá de outra forma e em outros momentos.

As notícias dos jornais dão-nos informações de que “código não tem também comunicação dia da criança”, ou seja, cego também pode ser criança. As performances eram basicamente as mesmas dos grupos escolares, embora se ressaltasse a leitura em método do braille.<sup>8</sup> Quanto às festas no Instituto João Pinheiro, a estrutura era semelhante às outras escolas. Entre tanto, o dia da criança era realizada através das atividades executadas não por crianças, mas por “menores”. Acompanhando os discursos de autoridades, nota-se uma ênfase

6. *Minas Gerais*, 12 e 13/10/1925.

7. *Minas Gerais*, 12 e 13/10/1925.

8. *Minas Gerais*, 14/10/1927 e 13/10/1928.

essencialmente moral e o destaque de que os meninos deveriam agradecer à administração pública, dando reconhecimento à sua função paternal de guiar os seus destinos. Um destes discursos é assim encerrado pelo professor Oscar Tarabal:

Sêde as crianças digas da home na gema que vos presentamos os méritos representantes dos povos de respeitosos e respeitáveis na hora de júbilo as minhas congratulações e as de todo o pessoal desta escola.<sup>9</sup>

A partir de 1935, o *Rotary Club* instituiu a Semana da Criança<sup>10</sup>, também comemorada em outubro. Como dissemos, este evento, que não substituiu as festas escolares, teve um caráter mais abrangente, envolvendo outros setores da sociedade, assim como fortes tendências eu-gênicas. Nas são de anúncio do evento, o então presidente do *Rotary* informa que as atividades da semana estavam sendo elaboradas em parceria com a Associação Escolar de Belo Horizonte. É impressão nante o número e o tipo de pessoas envolvidas na organização desta semana, entre elas o secretário da educação, médicos, juristas, diretores de grupos escolares e do Instituto João Pinheiro, jornalistas e o prefeito da cidade.

De acordo com programação divulgada nos jornais, as comemorações seriam realizadas através de conferências, com temas definidos para endereços diferenciados, contendo assuntos diversos, como o trabalho, a saúde e a pátria. Como exemplo, transcrevemos os temas das conferências de cada dia: "Dia da Amizade e da Solidariedade" (24/10), para crianças do Abriço de Menores, da Escola de Regeneração Alfredo Pinto e Instituto Pestalozzi<sup>11</sup>; "Dia do Trabalho" (25/10), visitas das crianças das instuições acima a estabelecimentos industriais, oficinas etc.; "Dia da Agricultura" (26/10), para o Instituto João Pinheiro<sup>12</sup>; "Dia de Belo Horizonte" (27/10), exposição da máquina "Mariquinhas", utilizada na construção da cidade, a

servida por toda a população; "Dia da Saúde" (28/10), com feira para os alunos dos grupos escolares; "Dia da Tradição e da Pátria" (29/10), excursão dos alunos dos grupos escolares à casa de história de Sabará; "Dia da Paz" (30/10), tema a ser abordado em todos os estabelecimentos de ensino.

Os temas e os sujeitos ouvintes, assim estabelecidos, definem claramente uma múltipla identidade na representação da criança brasileira, havendo uma diferenciação nítida de suas funções na sociedade: enquanto algumas foram visitar fábricas, outras foram passear em Sabará, para o culto à tradição.

Ainda a título de exemplo: destacaram-se para a Semana da Criança de 1938<sup>13</sup>, recomendações não do *Rotary*, mas do Departamento Nacional de Saúde e Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. O objetivo das comemorações desse ano era despertar a atenção para o amparo à infância, com palestras profissionais (obstetras e pediatras) e educadores, e cujos temas eram dirigidos não às crianças, mas às mães de família e mulheres em geral: pré-natal, alimentação da gestante, amamentação natural, higiene do lar, entre outros.

Naematização da comemoração do dia da criança que é tutada ou que está inserida em algum espaço de escolarização, observamos uma nítida institucionalização da infância e das famílias. Esta é, amparada pelos saberes científicos e através das elites intelectuais e políticas, advogada para o poder político sobre a educação/formação da população, tornando os sujeitos sociais merecidos adjuvantes desse processo.

9. *Minas Gerais*, 12 e 13/10/1925.

10. *Minas Gerais*, 11/10/1935.

11. Criado em 1934, com objetivo, entre outros, de atender crianças ditas anormais.

12. Destaca-se que este Instituto, criado em 1909, teve como objetivo básico a educação agrícola.

13. *Minas Gerais*, 08/10/1938.

A pedagogização da infância e das famílias, presente nos ritos de comemoração da criança e em outras manifestações relacionadas aos processos colonizadores, contribui para a constituição de paradigmas de atitudes que marcam a sociedade brasileira desta época. A produção de uma identidade marcada pelo ideal de criança civilizada com hábitos e valores homogeneizados, revelou para muitas crianças a sensação de fracasso social e cultural, por não pertencerem ao conjunto das crianças para o qual se comemorava o dia.

### **A comemoração do dia da criança pobre**

De acordo com Geremek (s.d.)<sup>14</sup>, os sentimentos inspirados pela pobreza dos indivíduos variaram ao longo da história entre repulsa e compaixão, interferindo também nos tipos de atitudes das elites em relação aos pobres, bem como assuas justificativas-religiosas, econômicas, jurídicas, sociais e biológicas. Este autor analisa ainda, em seu trabalho, a existência de dois movimentos bem definidos: as políticas repressivas à pobreza a partir do século XVI, com críticas a esmolas e caridades cristãs, tão predominantes no período anterior; e o desenvolvimento das políticas de filantropia, políticas de assistência e posteriormente de segurança social, no contexto da industrialização e do crescimento da miséria no meio proletário. Entre outros aspectos, podemos dizer que estes movimentos se relacionaram à redefinição do caráter de propriedade desenvolvida nas sociedades ocidentais por aquela época, quando assume a condição moderna de bem adquirido por reservas acumuladas pelo trabalho e sustentado juridicamente (Veiga, 1994).

Karl Marx (1975), no século XIX, analisando a legislação contra expropriados na Inglaterra do século XVI, chamava atenção para o fato de que, nas “leis sanguinárias”, as populações pobres foram responsabilizadas pela sua condição de miséria. Esta concepção foi

desenvolvendo-se e consolidando-se a partir das próprias alterações materiais da sociedade e do desenvolvimento das ideias presentes no liberalismo, no iluminismo e no positivismo, implicando, evidentemente, o próprio entendimento da pobreza e de seu tratamento.<sup>15</sup> Este discurso respeitava basicamente à limitação entre indivíduos não proprietários, mas trabalhadores e honestos, e aqueles que se recusavam ao trabalho, vadios e ociosos, indivíduos que acarretavam ônus econômico. No século XIX, segundo Jones (1971), até por volta de 1870, a pobreza ainda não é propriamente um problema social, mas de caráter, estando associada a vísceras e más influências e predominando a ideia de que o trabalho era fonte altamente regeneradora. Por outro lado, este autor destaca que, com o advento dos movimentos sociais, o sentimento de compaixão aos pobres é substituído pelo de medo e perigo; em suas palavras, os pobres passaram a ser uma “ameaça agourenta à civilização” (Jones, 1971, p.284).

Nesse sentido, houve alterações no tratamento da questão. Como problema social, a pobreza deixou de ser uma condição de desmoralização social para ser um problema de degeneração humana. Os vícios, as péssimas condições de moradia, a desorganização familiar, entre outros, foram objetos de debates, conceituados pela ciência não como sintomas econômicos, mas biológicos.

No Brasil, as formas de assistência aos pobres remontam ao século XVI<sup>16</sup>, no contexto das iniciativas portuguesas de criação das

**14.** Não há data da tradução portuguesa de *A Piedade e a Força, História da Miséria e da Caridade na Europa*, apenas do original (1986), da tradução italiana (1986), e da francesa (1987).

**15.** Vale destacar a própria reedição na Inglaterra da Lei dos Pobres de 1834, que mantém o princípio do auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido (Bresciani, 1992).

**16.** A respeito deste assunto destaca-se a publicação, na Revista de Ciências Históricas, de 1996, das atas do II Encontro Luso-Brasileiro de História, com o tema *Pobreza, marginalidade, marginalização social*, realizado na cidade do Porto em 1995.

irmidades das Misericórdias, instaladas em Portugal em fins do séc. XV, por D. João II. Dotadas de espírito de caridade cristã, desenvolvem-se em Minas Gerais, no séc. XVIII, nas regiões onde se concentrou a exploração aurífera. Entretanto, Boschi (1996) ressalta que, especificamente em Minas, as Misericórdias desenvolveram poucas ações de socorro aos pobres, e que estas estiveram mais associadas às irmidades mineiras leigas. É dentro desse contexto que, em Minas Gerais, ser pobre passa a ser associado a outras categorizações como vadio, doente, ocioso, além de estar associado a questões de gênero (mulheres e prostitutas), raça (negros) e geração (crianças órfãs e enjeitadas da roda dos expostos).

Já a partir de meados do século XIX e acompanhando o movimento ocidental, foi se fazendo cada vez mais presente, entre as elites brasileiras, o problema da organização do trabalho. Em meio às propagandas políticas imigrantistas e à questão da escravidão, desenvolveram-se reforçaram-se os estígmas da população pobre (vadia, indolente, avessa ao trabalho), ao lado do apego à insurreição enquanto elemento de civilidade e assimilação da moralidade necessária à inserção no mundo do trabalho. Também por essa época, disseminaram-se, como vimos, as concepções e práticas higienistas e, posteriormente, as eugenistas, configurando ações a serem desenvolvidas e implementadas pelo Estado, numa efetiva intervenção no cuidado da infância e da família.

No caso específico da criança pobre brasileira, pode-se perceber diferentes olhares sobre ela. Pode ter sido a enjeitada da roda, a abandonada, a infratora, embora não necessariamente de origem pobre, mesmo porque não há dados emários referentes ao país como um todo, que nos levem a essa extensão da situação. Já em pesquisa sobre meninos recolhidos em instituições para “menores” em Minas Gerais (Veiga e Faria Filho, 2000), observamos uma predominância quase total de crianças pobres e, em média, dependendo da instituição, sem

familias. Entre tanto, todas estavam nas instituições pelo fato de suas famílias, quando as tinham, não possuírem condições de cuidar delas. Curiosamente, na legislação e no discurso científico, estas não são designadas como crianças pobres. Como vimos, possuem outros adjetivos: “delinqüentes”, “menores”, “abandonadas”.

Portanto, de quais crianças estamos falando e em que momento a sua condição de infância desvalida é mais evidenciada e destacada? Em análise do Jornal *Minas Gerais*, dos anos 1914 a 1940<sup>17</sup>, detectamos esta criança como a proveniente de lares humildes, que provavelmente não estudava, embora não possa afirmar isto por falta de dados. Mas destaca-se que o momento de sua formação moraço, o Natal, é marcado pela referência das festas do dia da criança, pois o apelo é o do assistencialismo, em que a filantropia e as instituições de caridade constroem a sua visibilidade e marcam seu lugar social na cidade de Belo Horizonte. Por outro lado, também são bastante diferenciadas as comemorações de Natal destinadas às crianças abastadas e filhas de trabalhadores qualificados, cujos eventos eram de outranatureza.

Dessa maneira, o que nos autoriza dizer do ato comemorativo da criança pobre por época do Natal, está na maneira referenciada como é conduzida. Era um movimento da cidade e dos representantes da “mais nobre sociedade”, mas evidentemente não era destinado a crianças da “boa família”, como no caso dos concursos de robustez infantil em Belo Horizonte, a serem analisados. Por outro lado, não eram ações dirigidas aos escolares e com iniciativa do Estado (embora pudesse haver a sua participação), como no caso do dia da criança. O dia da criança pobre, o Natal, era o dia da mais alta significação para o

**17.** Todos os materiais citados para análise deste item são fontes do Jornal *Minas Gerais*, a imprensa oficial do Estado. Para as citações a seguir referiremos apenas a jornal ou artigo, evitando repetições.

assistentismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade.

Sabemos pouco sobre a história da celebração do Natal no Brasil e da alteração de seus costumes. Anne Martin-Fugier (1991, p.216) observa uma mudança de costume na Europa do século XIX, quando a comemoração é privatizada na família e lentamente dissocia-se das crenças de Jesus para se tornar uma festa das crianças, "a família toma as festas cristãs para auto-celebrar-se". Segundo sua análise, disseminaram-se neste século e, por vezes, foram introduzidos, dependendo da localidade, os pinheiros de Natal, asceias com comidas especiais, os presentes e sapatinhos na lareira. Nas famílias cristãs, mantiveram-se os hábitos de assistência à missa do galo e à Igreja Católica viu com reservas o aparecimento do Papai Noel. De onde vinham os presentes? Na tradição alema, vinham do céu, do menino Jesus; na noruega, São Nicolau, festejado em 6 de dezembro, trazia presentes para as boas crianças, e pai Fouettard, varas para os desobedientes. De acordo com Martin-Fugier (1991), Papai Noel, de origem americana e criação comercial, chega à Europa na segunda metade do século XIX. Destacam-se ainda associações importantes, como bom comportamento e presentes, além do consumismo, difundindo-se largamente presentes específicos para crianças, os brinquedos.

No Brasil também houve mudanças, tanto na perspectiva de ser uma festa de celebração do lar e centralidade na criança, embora não necessariamente comemorada em família, como nas formas de celebrar o dia. Em artigo do *Minas Gerais* de 1919, o autor lamenta as mudanças. Critica a "invasão nos nossos costumes da tradição europeia do Papai Noel", segundo ele, em plena primavera (sic), "a figura do velhinho coberto de neve deve produzir um certo sentimento de temor às nossas crianças". Fala, ainda, da pouca freqüência à missa do galo, quando os "clubs, bares e cafés" ficam mais cheios que a Igreja, e da diminuição do hábito de se fazer presépios nas famílias

modernas. Lembra, para isso, que "o presépio é um grande símbolo confortador para os deserdados de fortuna e para os humildes que sofrem".

Em meio a estas questões, registra-se, por exemplo, em 24/12/1933, em uma festa de Natal realizada no *Automóvel Club*, reduto da elite belorizontina, o aparecimento do "Vovô Índio", que entra no recesso ao som do Guarani, declama uma canção em tupi-guarani, distribui presentes e "desaparece misteriosamente...". Após a ceia, houve músicas carnavalescas, animadas pelo conjunto American-Jazz. O crítico anterior, de 1919, provavelmente não imaginaria tanta profusão de mudanças nos estilos de se comemorar o Natal.

As festas de Natal para crianças, de acordo com os registros, têm o seu início na cidade de Belo Horizonte a partir de 1913, conforme sugerido pelo Jornal *A Capital*. Observam-se, nos jornais dos meses de dezembro, colunas específicas com esta titulação, descrevendo as atividades e os sujeitos nelas envolvidos. Para análise desse tema destaca-se alguns pontos, como a disseminação da prática filantrópica, a necessidade de dar visibilidade a elas e a forte presença dos escoteiros na organização das festas, fundamentalmente na década de 30.

Gemek (s.d.) observa que tanto o discurso filantrópico, presente desde o século XIX, quanto a doutrina cristã encararam o problema da pobreza como algo degradante da existência humana, e isso ensejou atitudes piedosas e caridade. No caso dos movimentos filantrópicos, uma das suas características esteve no fato de, embora "descoberta a pobreza", o seu objetivo não eram os moradores da condição de vida das populações pobres, mas apenas o fato de estar em desvantagem com relação a outros grupos sociais, vivendo em circunstâncias piores do que as reconhecidas socialmente. Ainda segundo o autor, a filantropia fundou-se

nabeneficênciadividuale na idéia de que a ajuda aos pobres deveria vir da iniciativa dos particulares. É uma atividade que se pretende inspirada por motivações mais elevadas do que as que me vêm a assistar têm a publicar, foi a "lacionamento do mandamento do amor ao próximo", ao mesmo tempo em que se buscou o estabelecimento de uma coexistência entre particulares e Estado no controle da felicidade social, por isso atuando como meio meramente paliativo.

Em Belo Horizonte, as iniciativas dos filantrópicos nos socorriam à crianças pobres de senadearamas mais difíceis e ações das senhoras e senhoritas da sociedade, do Estado, de empresas particulares, dos escoteiros, ao mesmo tempo em que provocavam uma ação mais energética das instituições religiosas.

Na busca de dar visibilidade às ações de beneficência, todos eram concorrentes, principalmente no especial momento de Natal. De acordo com matéria do jornal, a data era, "em todo mundo civilizado", a comemoração do "dia supremo de igualdade, altruísmo e amor".<sup>18</sup> É muito interessante observar este movimento na cidade no qual, por vezes, faziam-se comissões e associações para os festejos, ou ainda, anunciavam-se atividades individuais, com o nome das pessoas, em geral de sobre nome conhecidos, o que fizera e o que doavam sempre registrados nos jornais.

Desde a de 10 até início da de 30, observaram-se atividades diferenciadas como "matinés infantis gratuitas para crianças pobres da capital", oferecidas pela Empresa Gomes Nogueira, nos diferentes cinemas da cidade; festas edistribuição de balas e brinquedos promovidas pela Associação das Assis tênia à Infância, Loja Maçônica, Hospital São Vicente de Paula e Orfanação Santo Antônio, num interressante esquema de distribuição de desenhos, no qual aos portadores era garantido o direito à festa e às prendas. Entretanto, registraram-se também várias iniciativas nos bairros, através da Igreja e paróquias, ou ações mais

individualizadas como a noticiada no *Minas Gerais* de 24/12/1931:

Uma festa das crianças pobres da Lagoinha As meninas Maria da Conceição Sant'Anna, filha do sr. Ana nias Sant'Anna, e Maria José Belisário tiveram a bela iniciativa de organizar uma grande festa para as famílias pobres da Lagoinha. Elas próprias conseguiram os nativos necessários e distribuição de cartões. Amanhã, às 16 horas em frente ao nº. 622, da Rua Tapera Carioca, serão distribuídos brinquedos e roupa para as meninas pobres daquele bairro.

A partir de 1932, os escoteiros roubaram a cena dos gestos mais dividuais, e foram os organizadores da tal das crianças pobres:

(...) embebedos nos mais pratos sentimentos de filantropia, num momento que definiram bem, pela sua finalidade, a bela formação moral dos pequenos soldados de Baden Powell. Irão preparar um Natal festivo para as crianças pobres, que a partir daí foram organizadas, contém planos, tristes mente admirados, alegria despreocupada dos meninos ricos.<sup>19</sup>

Ocupando no jornal muitas páginas em vários dias, o movimento foi noticiado dando informações sobre uma organização detalhada para arrecadação de donativos nos estabelecimentos comerciais da cidade, e junta às pessoas individualmente. Dentro dos limites filantrópicos de soluções paliativas, a ação foi anunciada como de alcance humanitário, no objetivo de "levar às crianças esquecidas da sorte o conforto moral e material que lhes faltou durante todo o ano".

Vários grupos e patrulhas de escoteiros se associaram, por vezes contando com ajuda de senhorinhas da sociedade, mobilizando toda

18. *Minas Gerais*, 25/12/1914.

19. *Minas Gerais*, 21/12/1932.

uma cidade e principalmente a imprensa. No dia 22/12/1932, registrou-se:

Foi pregada ontem, no quadro da *ordem do dia* do Centro de Escoteiros, uma gravura recortada da *Noite Ilustrada*. Representava ela uma criança pobre, orando e pedindo a Cristo um presente de Natal. Debaixo desta comovente e sugestiva gravura, foi posto um papel com os seguintes dizeres: *Esco teiros! É para o Natal de crianças como esta, que vamos trar baixar o meu lhor possível.* (Gri fos do autor)

O escotismo é uma organização mundial masculina voluntária e extra-escolar fundada pelo militar inglês Baden Powell (1857-1941), com objetivos de desenvolver atividades de espiritual comunitário. No Brasil, há poucos estudos sobre as atividades dos escoteiros, mas sabe-se que o tema esteve presente nos debates a respeito da formação pré-militar do jovem no Brasil. José Silvério Baía Horta (1994) observa que o escotismo era defendido principalmente pelos militares, como educação extra-escolar enquanto substituição de uma educação pré-militar, pois esta devia ser móvel no pôlo do Exército. O escotismo, segundo os integrantes das forças armadas, possibilitaria a formação dos jovens desde a infância, preparando-os física e moralmente para o cívismo e o patriotismo. Em 1928, houve um decreto de Washington Luiz que permitia “à União dos Escoteiros do Brasil o uso de uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e lemas que fossem adotados pelos seus regulamentos” (Horta, 1994, p.224). A medida legalizou definitivamente os governos promovesssem as instruções escoteiras nos colégios.

Em Minas Gerais, a questão do escotismo apareceu nas discussões de preparação da reforma escolar de 1927, dentro do movimento da Escola Nova (Revista do Ensino, ano III, ago/set 1927, n.29). No conjunto de teses do título *Higiene e Educação Física*, o escotismo é apresentado como um meio de educação

física, moral e cívica, de característica extra-escolar e não obrigatoria. Os escoteiros da cidade aparecem em vários eventos com moratários, como o da festa do Centenário da Instrução Pública. Os chefes dos “soldados de Baden Powell” realizaram nesta festa uma grande apresentação, com os jornais noticiando a presença de 1.200 crianças.<sup>20</sup>

Já bastante conhecidas na cidade, as atividades escoteiras pareciam ter o apreço da população, o que foi ainda mais refletido na organização dos Natais das crianças pobres. Segundo os jornais, este gesto era o cumprimento do terceiro artigo da Lei escoteira, a ajuda ao próximo, neste caso um próximo especial – a criança: “nada mais profundo do que sentir a mão injusta do destino na parilha de felicidade na infância”.<sup>21</sup>

Para comemorar o “Natal da criança pobre de Belo Horizonte”, eram publicadas no jornal várias listas de donativos, dinheiro e nomes de pessoas participantes e colaboradoras, sendo que, de ano para ano, as listas eram mais extensas, observando-se também estruturas organizativas mais complexas. No ano de 1933, o *Minas Gerais* registrava a expectativa das crianças, a sorrirem pelo menos naquele dia, esperando os presentes.

Cada pessoa que apresentava um cartão fornecido dias atrás, recebia um embrulho onde havia prendas úteis para a família e um brinquedo para cada criança da mesma família, além de balas postas dentro de artísticos saquinhos. Este embrulho era feito num grande lenço de chita.<sup>22</sup>

Em 1936, a festa enovelou, além dos escoteiros, a Associação dos Comerciários, o *Calisthenio Club* e as colônias italiana e síria. Para arrecadar dinheiro e donativos, foi

20. *Minas Gerais*, 16/10/1927.

21. *Minas Gerais*, 20/12/1933.

22. *Minas Gerais*, 27/12/1933.

realiza da uma grande quer messe no te a tro mu-nici pal, com barra quinhas e vários chás pro-mo-vi dos por di fe ren tes en ti da des. Unin do o útil e o agra dá vel, a po pu la ção se di ver tia e aju da va os pobres.

Por tudo isso, a quer mes se do Na tal da Cri an ça Po bre vai cons ti tu ir-se um cen tro de gran de in-tere-sse so-cial e re-crea-tivo onde a no-sssa so-cie-dade viverá horas de pura alegria e terá oportu-ni-dade de con-tri-buir, indi-re-tamente, para o hu-man-i-tá-rio mo-vi-men-to, em pro-las cri-anças po-bres de Belo Ho-ri-zon-te.<sup>23</sup>

Os di-scur-sos re-la-ti-vo-s à co-me-mo-ra-ção da cri-an-ça po-bre, “desam-pa-ra-da da sorte”, es-tive-ram for-te men-te mar-ca-dos por um “nós e eles”, des-en-cadea-do-res das ações de fraterni-dade entre di-feren-tes segmen-to-s da so-ci-e-dade. Se-gun-do Geremek (s.d., p.288), o con-junto de sen-ti-men-to-s e ações re-la-ti-vo-s à po-bre-za per-mi-tiu per-ce-bê-la “co-mo um uni-verso à par-te, dan-do conta de que os pobres vivem um des-ti-no sin-gu-lar, di-feren-te dos de ma-is”.

Ape-sar de sa-ber mos da lon-ga per-ma-nê-cia da ima-ge ne-ga-ti-va em re-la-ção à po-bre-za, a cri-an-ça po-bre, em épo-ca de Na-tal, tí-nha em sua exis-tê-ncia um as-pe-to positi-vo, pois pos-sibili-ta-ria aos ou-tros ex-por os seus sen-ti-men-to-s de com-pai-xão. Ainda se-gun-do Geremek (s.d., p.290), “a ati-vi-dade filan-tró-pica, tra-du-zin-do o de-sejo hu-man-i-tá-rio de so-cor-rem ou-trem, per-mi-te que o ben-fei-to mos-tre a sua ri-que-za e afir-me publica-mente o seu pre-stígio so-cial”.

Chamou-nos a atenção a rela-ção de do-na-ti-vo-s e, nela, a pos-sibili-dade de se pen-sar a pró-pria re-pre-sen-ta-ção, por par-te das pes-soa-s de pos-ses, do si-gni-fi-ca-do de ca-re-ni-cia ma-te-ri-al ou, ain-da, do que os po-bres de ve-ri-am ser me-re-ce-dore-s. Ocorreu-nos a pos-sibili-dade de se pro-blemati-zar se as ar-reca-dações feitas na ci-dade para o “Natal das cri-anças po-bres” eram do-ações de vulto ou es-ta-vam mais para es-mo-las. Como exem-pto, na lis-ta de do-na-ti-vo-s de 1932, em ter-mos de quan-ti-a sem din-hei-ro, a mai-or era

de 20\$000, doada pela em-pre-sa “The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries Limited”, ha-ven-do um gran-de nú-me-ro de do-ações que fi-ca-vam na faixa de 1\$000 a 5\$000, tan-to de em-pre-sas como de par-ti-cu-la-res. No jo-rnal de 23/12/1933, pudemos averiguar al-guns pre-ços de ali-men-to-s no Mer-cado Mu-nici-pal. Por ex-em-pto: can-jica, qui-lo, \$500; ga-li-nha, dú-zia, de 30\$000 a 35\$000; goi-abada, qui-lo, de 1\$800 a 2\$000; lin-güi-ça, qui-lo, de 3\$000 a 3\$500; feijão mul-atin-ho, sa-ca, de 23\$000 a 26\$000 etc. Embora não seja o lugar para aprofundar-mos a ques-tão do con-sumo ali-men-ta-do po-pu-la-ção, mes-mo sa-ben-do que o salá-rio de uma pro-fes-sor-a, por ex-em-pto, era de 83\$333 men-sa-is, pa-rece ram-nos quan-tias mu-cho baixas de do-ação.

Em re-lação aos do-na-ti-vo-s em es-pé-cie, da-do o por-te das lo-jas e fir-mas, tam-bém im-pre-sionaram-nos os tipos e as qua-ntida-des ar-reca-dadas, por ex-em-pto: Re-stau-rante Ga-ri-bal-di – 1 lata de doce e 1 de sar-di-nha; Far-má-cia Orsi-ni – 1 sa-bão; Arma-zém Gote – 1 lata de pe-sa-ga-da; Cos-ta Cha-ve-s e Cia – 1 bola; Far-má-cia Ne-ves Bri-to – 1 sa-bo-ne-te; Ca-fé Ave-ni-da – 2 que-ijo-s; Ca-sa Mo-de-lo – 1 cha-péu de pa-lha; Ca-sa Li-bane-za – 1 bri-nquedo etc.<sup>24</sup>

Estes tipos de do-ações con-tras-tava-mu-to com as pre-miações dos con-cur-sos de robustez infantil, como analisá-re-mos adiante. Por ex-em-pto, em ju-lho de 1937, o jo-rnal *Es-ta-do de Mi-nas* do dia 24 re-gis-tra-prê-mi-os co-mo “me-dal-has de ou-ro, co-pos de pra-ta, bi-lhe-te de 200 con-tos, corte de ca-se-mira, ri-quís-si-mo ter-nó drapeado de seda, fi-nís-si-mo par-de-sa-pa-to-s, ri-quíssimo vestido, chá para cri-anças par-ti-cipa-tes do even-to, pro-du-to-s Nestlé, fre-quê-ncia à pis-ci-na do Clube Amé-ri-ca por um an-o”, al-ém de vi-árias lo-jas of-fer-cep-rem bri-nquedo-s.

Nos-sa im-pre-são de que as do-ações para cri-an-ças po-bres es-ta-vam mais para es-mo-las, e

23. *Minas Gerais*, 22/12/1936.

24. *Minas Gerais*, 24/12/1932.

era dessa forma que deveriam se configurar, por vezes se confirmava.

Para finalizar, chamou-nos ainda atenção o do natal de um menino, provavelmente rico, e exemplarmente noticiado no *Minas Gerais* de 4 de dezembro de 1934. Celso Vidal Gomes, lobinho da Associação de Escoteiros Fernão Dias, registra:

Exma. Sra.,

Senho hoje dia de meus anos, papai deu-me um presente de 50\$000 para eu com prazer brindes. Entrego essa importância à senhora para ser aplicada no Natal dos meus pobres.

A comemoração do dia da criança revelava, nas diferentes ações, os lugares resistentes dos sujeitos da cidade. Dessa forma, o momento do Natal, na celebração da pobreza, reafirmava os desníveis e as identidades diferenciadas das crianças, num contexto aparentemente natural da hierarquia social.

A infância desprivilegiada vai ter, assim, graças ao movimento em boa hora iniciado pelos escoteiros e apoiado pela nossa população, um Natal em que, recebendo roupas, mantimentos e brinquedos, esquecerá, por momentos, a adversidade da sorte e ter a ilusão de que a vida é boa para todos.<sup>25</sup>

### **Festa do corpo – espetáculo da raça**

Uma outra ação volta da para comemorar a infância nas primeiras décadas do período republicano, em Belo Horizonte, foi a promoção dos concursos de robustez e beleza, evento que já ocorria em outros pontos do Brasil desde o início do século. Para analisar esta comemoração na capital mineira, tomaremos como foco a instituição da “Semana da Criança Belohorizontina”, oficializada pelo prefeito Otacílio Neves de Lima, através do decreto 34, de 22 de julho de 1935. Esse decreto estabeleceu a data

do último do mês de julho para a realização dos festejos, embora isso não substituisse o dia nacional da criança, em 12 de outubro. É interessante observar que a comemoração da criança belohorizontina se fez em torno dos concursos de robustez infantil. Dessa maneira, esses têm início em 1935 e foram progressivamente ganhando maior força e adesão da população, caracterizando-se cada vez mais como um evento da cidade. O concurso envolvia os mais diversos segmentos sociais e tomava uma dimensão espetacular, dirigido à população como um todo, festejando, mais que a criança, a raça.

Compreender a lógica da realização de tais concursos só é possível no interior de uma rede de práticas discursivas que lhe conferiam significação. No sentido que propõe Le Goff (1990, p.26), trata-se de buscar apreender a comemoração da criança robusta como prática social, cujo significado era levânia de quem ser buscados numa rede maior de relações e de poder.

Este evento dá-se no bojo da divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento científico e característico do período. A promoção da infância saudável constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial.

Por outro lado, tal evento tem como cenário a cidade, não a cidade provínциal, mas a metrópole moderna, a exibir e exibir nos sujeitos e corpos, identificando-os com um código de beleza e vigor, a serem contemplados e festejados em eventos públicos de grande participação popular, num ritual de congregamento da raça.

A ampla divulgação e a agressiva expansão do movimento eugenista nos últimos anos da década de 20 – e certamente ao longo da década de 30 –, fazem com que o

25. *Minas Gerais*, 23/12/1932.

discurso de culto à pátria e de desenvolvimento do cívismo fosse ampliado, tendo como eixo a raça, nas comemorações do Dia da Criança, sendo esta definida como “unidade biológica da raça”.<sup>26</sup> Em 1929, o Dia da Criança é proclamado como “data do lar e da escola, promovido por aqueles que se preocutam com o futuro da raça”.<sup>27</sup> Cada vez mais nos discursos de exaltação à infância comemora-se sua inscrição e identidade racial.

Se inicialmente as festividades voltavam-se para o desenvolvimento do sentimento de identidade nacional na criança e na família, forte lecionando-se os vínculos com a pátria, progressivamente a este discurso acresce-se o desenvolvimento do compromisso com a raça. Não quereríamos então dizer que a mesma ideia de eugenismo, o aprimoramento racial torna-se matriz discursiva privilegiada, capaz de ao mesmo tempo explicar o estado de atraso da nação brasileira, caracteristicamente miscigenada, como também proporcionar lógicas para sua preparação, através do desenvolvimento de uma política racial e eugenista.

Ao instituir-se em Belo Horizonte os concursos de robustez e beleza infantil, festava-se a raça, de maneira espetacular, irradiando o ideal eugenico para a população como um todo. Dirigia-se tanto à criança e à família, quanto à cidade, através da realização de um evento que tomava o caráter de participação popular e espectáculo de massa.

Assim, a progressiva valorização da distinção entre a infância e idade adulta e a institucionalização de espaços e práticas dirigidas aos cuidados e promoção da infância não constituem um movimento retílineo, contínuo e ascendente ao longo deste século no Brasil. A infância será cada vez mais “comemorada”, embora esta seja ressignificada num contexto ideológico que se organiza em novas bases, levando à produção de práticas discursivas e estratégias de intervenção social que irão se diferenciando.

Para melhor apreender o significado da realização dos concursos de robustez realizados em Belo Horizonte na segunda metade da década de 30, é fundamental analisá-los no bojo da disseminação do ideal eugenico, então dominante no pensamento científico e naspráticas educativas associadas. E também, do fenômeno cultural da urbanização e dos valores e práticas relacionados à cidade metropolitana.

A eugenia será apresentada como

a ciência da proteção e da seleção das espécies humanas. No seu ponto de vista prático constitui uma verdadeira arte que se propõe a cultivar os bons espécimes que garantem as regras da hereditariedade. Eugenismo é a aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano. Eugenismo é educação, saneamento, higiene, o esporte, a legislação, é tudo que beneficiando o homem reverte diretamente ou indiretamente em benefício de sua prole. (Khel, 1937, p.46)

O movimento eugenista que se articula no Brasil a partir da década de 20, com a criação, em 1919, da “Sociedade Eugênica”, possuía duas dimensões, no dizer de seus defensores. De um lado, a ciência eugenica, fundada numa biologia incipiente, indiretamente inspirada em Darwin. As raças humanas estariam submetidas ao processo de seleção natural e as mais fortes revelariam seu grau de desenvolvimento através do nível de evolução tecnológica e cultural. A segunda estabelecia que a condição para o progresso da nação era o aprimoramento racial de sua população através do eugenismo. Este é tomado como formulação de uma política que irá buscar instaurar práticas de purificação racial, redentoras da nação.

26. Boletim da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, Secretaria de Interior e Saúde Pública, 1934.

27. Diário da Tarde, 1929.

A criança será definida, no discurso eugênico, como corpo biológico, exemplar da espécie. Tal como o adulto, a criança é representada a uma unidade maior – a raça, que lhe dá significado e à qual deve ser vir. No I Congresso Eugênico, realizado em 1929, um dos discursos proclama: “cada um deve considerar-se ocupante de um posto no seio da coletividade, ao qual cumpre honrar”. Tal coletividade é não mais a pátria, mas a raça. A infância é também chamada a ocupar seu papel numa sociedade eugênica. Ela deve espelhar, em seu corpo belo e robusto, uma raça saudável, apimentada pela prática constante de exercícios físicos.

O corpo infantil deixa de pertencer à criança e passa a ser para trás sócio. Se tal corpo é identificado como exemplar, modelado de apimentamento racial, deve então ser exibido e premiado. Se, ao contrário, traduzem sua conduta desajustada assimperfeições de sua ascendência, deve ser então submetido às instituições corretivas. O concurso de robustez e beleza toma significado, neste referencial, como exibição de um tipo ideal da raça. Seu contraponto é a institucionalização de espaços de encaminhamento e readaptação dos incapazes e desajustados de toda ordem (Veiga e Faria Filho, 1999).

Observa-se uma diferenciação do modelo anterior de cuidado e proteção à infância (fundado no discurso higienista, predominante na última metade do século XIX e primeiras décadas do século no Brasil) e o modelo eugenético, que se impõe caracteristicamente a partir dos anos 20. No dizer de Kehl, a “higiene procura melhorar o meio, o indivíduo, a eugenia procurar melhorar a raça, desencadear a infância”.<sup>3</sup>

A criança, no discurso higienista, era alvo de práticas de cuidados e proteção, em que a puericultura constituía o *locus* de produção e circulação de saberes e práticas de promoção da saúde infantil. Nesta perspectiva, tratava-se de incutir no corpo social, e preponderantemente nas famílias de baixa renda, práticas identificadas com o discurso higienista. Se o

corpo é o espaço onde tais práticas são inscritas, visa-se à formação de um indivíduo moral e fisicamente idoneo, com um modo de vida civilizado, caracterizado pela limpeza e esseio.

O corpo ocupa centralidade no discurso eugênico e é ressignificado. Ele é espelho da raça, a ser aprimorado através de uma disciplina militarizada. Deve trazê-lo saudável, vigor, potência e ser cientificamente talhado, modelado através da prática constante de exercícios físicos. No dizer de Sevcenko (1998, p.525): “nesse complexo sistema articulado pelas noções básicas de limpeza, saúde e beleza, o símbolo central era sem dúvida a imagem do corpo humano, utilizado intensamente pela propaganda comercial ou oficial”.

Nesse quadro, a infância toma uma inscrição própria no movimento eugenista, sujeitada a um discurso disciplinador de corpos e mentes. Para Kehl:

indispensável ensinar a criança a ter atitude, a saber andar, a estar com os pés, a sentar-se, não perdendo nenhuma ocasião de chamar atenção para que endireitem o corpo, para que levantem a cabeça, para que se esfocem em manter linha em todos os atos praticados em família e em público. Desta simples aprendizagem de correm imensos benefícios de ordem física, psíquica, moral e social. Pela atitude ajuiza-se a enfróbatura do indivíduo. Aquele que se mantém ereto, sobranceiro, alinhado, que olha para a frente e pisa firme impõe-se com proeminência sobre o indivíduo frouxo, mole, desleixado, encostadore e descurado de maneiras, que se de nuncia como fraco, indolente e mal educado. Devemos assinalar que em muitas crianças isso decorre de fraqueza congênita ou de sub-alimentação; na maioria, entretanto, resulta de simples falta de educação para se manterem em atitude correta, distinta e disciplinada. (1939, p.19)

**28.** 1 Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929.

O eugenismo, entendido como conjunto de práticas fundadas num saber médico, procura atingir as mais variadas dimensões da vida social. Por um lado, o charma do eugenismo negativo volta-se para a institucionalização de procedimentos de controle e eliminação dos ditos anormais, via uma política de controle da natalidade e esterilização em massa dosocialmente inadaptados, os desajustados de toda ordem. Tais ações voltam-se para as populações de baixa renda, ou de outras raças, que deveriam estar sob constante vigilância e controle do Estado.

Por outro, o assim chamado eugenismo positivo tinha como propósito o desenvolvimento, através de ações educativas destinadas ao grosso da população, de um ideal eugenético que ordenasse a vida social, legando até mesmo nos domínios da vida privada.

Tal dimensão do movimento eugenista terá na educação um dos seus pilares básicos. Além de ser incluído no ensino escolar, multiplica-se palestras, cursos, encontros voltados para sua difusão. É nesse quadro que os concursos de robótica e beleza são instalados na capital mineira, ressignificando os movimentos de afirmação de cidadãos à criança, agora espécie e futuro da raça.

O movimento eugenista mostra-se extremamente eficiente na utilização de novas estratégias de educação da população, lançando mão de meios de difusão como rádio e televisão, efeição de espetáculos de massa. Malgrado a insipidez científica de suas formulações, consegue disseminar a discussão racial nas mais variadas dimensões e espaços da vida social. Nidizer de Kehl,

o combate à desordem caleativa deve partilhar de medidas que visem a saúde física, psíquica e mental dos individuos. Assim pretendem – pela formação da consciência eugenética popular, com o auxílio da escola, da imprensa e do rádio – os cultores da eugenia e da higiene mental. Pela difusão cultural em seus vários aspectos, pelas leis

eugênicas, no sentido de restringir a procriação de infértils. Só assim se pode garantir a preparação para a cura para a latência do mal e universalizar.

A educação eugênica estabelecia entre seus princípios:

a educação há de ser na escola e fora da escola. No lar do mês tíco e na vida pública. Há de esclarecer, orientar, punir, premiar, remunerar. Há de ser para a criança, para a mãe, para o adulto. Curar os doentes, nutrir os débeis, corrigir os viciados, fortalecer os bons. (Carneiro, 1929, p.115)

Os concursos, não apenas de robótica e beleza infantil, mas também os concursos de beleza feminina e de desempenho físico masculino que se instituem neste período, assumem sua significação nesse contexto ideológico.<sup>29</sup> Busca-se enaltecer o tipo ideal da raça, educando, na vida pública, não apenas as crianças e mulheres, mas a população como um todo, através de estatísticas de premiação e remuneração, distinguindo e enaltecedo os mais afinados com o ideal da raça.

É importante fazer notar que, ao distinguir os mais belos e robustos, essa exaltação busca en volver a participação de toda a população. Todos indistintamente se identificam em torno do culto à raça, independente de sua própria conformação biológica. É a identificação com o modo de vida que se busca de se voltar, estendendo-o a toda população.

Nas notícias sobre o primeiro concurso realizado na capital mineira em 1935, fica clara a preoccupation com o envolvimento da população e o caráter educativo do evento:

A cidade está em festa para comemorar o dia da criança. A beleza e a graça, a força, a saúde de

**29.** A este respeito, ver Sevcenko (1992) que analisa a importância e o significado da realização deste tipo de concurso neste período histórico.

ero bus tez físi ca de nos sos pe que nos se rão pas-  
sa dos em re vis ta, num con cur so in te res san te e  
de ele va do al can ce pa trió ti co. A po pu la ção que  
em grande e franco entusiasmo vai apreciar e  
apla u dir os do tes fí si cos de mai or va lia em cada  
concorrente há de concentrar-se para meditar  
nasignifi cação dessa exibi ção de forçaeugenica  
pro misso ra e auspi cios a e al vi ssare ira para o fu-  
tu ro da raça. E as sim con cen tra da e en quan to  
meditar, há de ter presente na consciê ncia o  
sen ti do dos de ve res para com a in fânc ia.<sup>30</sup>

A ade sâo po pular é con stan te me nte re fe-  
rida nas notícias da im prensa. Com isso, o  
even to passa a exigir um espaço apropria do a  
umes pe tá cu lo de massa. Em 1935, o Con cur so  
é re aliza do em pra ça pú blica. As no tí ci as da im-  
presa demon stram o espanto e entusiasmo  
ante o aflu xo da po pu la ção, que com tan ta for-  
ça aderiu ao even to. O espaço de realiza ção  
desloca -se para o es tá di o de futebol, *locus*  
ideal de realiza ção de even tos de massa, onde  
todos os par ti ci pants podem envolver -se no  
espetáculo, ver os candidatos, admirar seus  
atributos fí si cora cias. A pra ça, es paço de cir-  
cu la ção e dis tra ção, não se pres ta a um even to  
em que todos devem ter seus olhos e mentes  
voltados para apre ciação dos corpos infantis,  
dos mais belos exempla res da raça ali presentes.  
Por outro lado, a concentração popular possi-  
bilita a condensação e a potencialização da  
emo ção em tor no da exibi ção de exem pla res da  
in fânc ia bela e ro bus ta: “Era a in fânc ia bo ni ta e  
for te que des fila va ca u san do o des lum bra men-  
to de mi lha res de pes so as”.<sup>31</sup>

O cer tam e co me morava a in fânc ia belo ri-  
zon ti na. Era a cri an ças no vos tem pos, numa  
ci da de que se con strui como sím bo lo da mo-  
der ni da de e da nova or dem. Era uma fes ta da  
ci da de, que bus ca va edu car a fa mília, cen tral-  
mente di fundindo o ideá rio eu gênico. Nas no tí-  
cias referentes à sua realiza ção assim se  
comenta: “A exem plô do que se faz nas gran des  
ci da des, pro cur a -se por esse meio de sen volver  
o interesse dos pais belo horizontinos pelos  
cuidados e pelo mel hor co nhe ci men to da eu ge-

nia, pre pa ran do as sim para o fu tu ro, uma ge-  
ra ção forte, bela e capaz”.<sup>32</sup>

Sabemos que esses tipos de concurso  
eram direcio na dos para ou tro s gê ne ros e ida-  
des, como no caso dos con cursos de be leza fe-  
minina que também nos possibili tam  
entender a presen çá do ideal eugê nico. Ro-  
que te Pin to, ao anal i sa re aliza ção dos con-  
cursos de beleza feminina, destaca seu  
significado como estraté gia de desenvolvi-  
men to des ta con cep ção. Segun do este au tor:

o concurso de miss toma o aspecto de uma  
prova eu gê ni ca. Não tem mais lu gar para fu ti-  
li da des e fa ce cias. E as dis tin tas se nho ri nhas  
que es tão no Rio se pres tan do aos tor men tos  
da curiosidade alheia dão à sua terra uma  
gran de prova de mai or, re cor dam à sua gen te  
que é hora de pen sar na raça. (Ro que te-Pinto,  
1934, p.28)

Embo ra re fira -se a um con cur so de be le-  
za fe minina, o texto é eluci dativo do signifi ca-  
do de celebra ção de um ideal eugê nico na  
constitui ção de uma pol íti ca de a pri mora men-  
to racial. Para Roquete Pinto, tais concursos  
deveriam se le cionar não os exempla res mai stí-  
picos da raça (os tipos mais freqüentes), mas  
que fosse uma mul her que representasse em  
sua confor mação fí si ca o ideal dese jado. Em  
seus ter mos “não de verá sera bra si li en se tipo,  
mas será um tipo bra si le i ro bran co – den tre os  
que já se po dem apon tar com cer ta pre ci são”  
(Roquete-Pinto, 1934, p.28).

A es colha de tais exem pla res de ve ria ser  
sub metida a critéri os técnico -científicos, fun-  
dados na antropometria, que irão produ zire  
irradi ar um mo delo es téti co. Mo delo este que  
re la cio na va a har mo nia da pro por ção entre as  
di ver sas par tes do cor po, a for ças mus cu lar, a  
apo tê ncia e vi gor ra cial. Ro que te Pin to de fen-

30. Oscar Guimaraes in *Minas Gerais*, 28/07/1935.

31. *Minas Gerais*, 28/07/1935.

32. *Minas Gerais*, 16/07/1937.

dia que a avaliação das candidatas deveria romper com critérios “puramente sensoriais”, para transformar-se na realização de uma prova antropométrica capaz de avaliar se “o indivíduo examinado tem as proporções normais da sua idade, do seu sexo, de sua raça e de ter minar se, estando bem colocado no seu tipo antropológico, é o melhor representante desse tipo entre todos os seus concorrentes” (Roquete-Pinto, 1934, p.30).

No caso do concurso de robusteza e beleza infantil, era também o ideal da raça e beleza. Fez-se presente, desde a primeira vez da realização do concurso infantil em Belo Horizonte, a preocupação em fundar a avaliação em critérios técnicos a cargo de especialistas capazes de analisar os candidatos de acordo com referenciais antropométricos. Assim é que a Comissão de Avaliação era composta de uma parte social e outra técnica, o corpo médico. A parte social buscava conferir representatividade ao certame. Era composta por educadores, esposas das autoridades públicas, representantes das classes laborais e patronais. Ou seja, buscava-se demonstrar o caráter de identificação da população como certame, independentemente de seu pertencimento social.

Já a parte médica encarregava-se da avaliação antropométrica. Progressivamente, ao longo dos anos em que o concurso foi realizado, os critérios técnicos vão ganhando maior centralidade. Em 1940, a Secretaria de Saúde e Educação Pública autoriza a utilização da Escola de Aperfeiçoamento para exames médicos das crianças, prévios à realização do certame propriamente dito. Diferenciaram-se também os critérios, sendo premiados os classificados em robusteza e beleza, distinta mente.<sup>33</sup>

O certame adquiriu cada vez mais um caráter oficial. Se, nos três primeiros anos, era iniciativa de um dos principais jornais da capital, juntamente com a Publicidade Lux, passa a ser promovido, em 1940, pela Sociedade de Pestalozzi, ligada à Secretaria de Saúde e Educação, pelo Lactário Mário Campos e Publicidade Lux.

Desde o primeiro concurso, no entanto, as autoridades públicas impõem um caráter oficial ao evento, fazendo-se presentes e instituindo a data como feriado municipal. Assim expressa a instituição da realização do Dia da Criança de Belo Horizonte em 1935: “o prefeito julgou cumpridas as imposições do seu cargo que consistem estimular o aperfeiçoamento da raça”.<sup>34</sup> Ou seja, comemora-se não a criança, mas a infância eu gênica, mesmo por que, como dissemos, permanece a comemoração do dia 12 de outubro, como parte do calendário nacional.

Progressivamente, pela análise das notícias veiculadas na imprensa, a criança foi ocupando cada vez mais a cena. Proclama da como unidade biológica da raça, embora fosse uma comemoração da Semana da Criança de Belo Horizonte, o evento inicialmente muito pouco contagiava o público infantil. Assim é que o ritual estendia-se das 8 às 14 horas, período durante o qual as crianças deveriam desfilar perante o júri, sempre avaliadas pelo critério técnico, sem que houvesse uma atenção maior às especificidades das ditas “necessidades infantis”. Nas notícias de jornal, assegura-se a “oferta de água filtra da e assistência médica às crianças participantes”.<sup>35</sup> Premia-se as selecionadas com “um rádio e conjunto de cadeira e mesa laqueada”. Observe-se que os prêmios distribuídos dirigiam-se aos pais, selecionados pela excelência de sua linhagem e capacidade de desenvolver uma educação fundada em preceitos eugênicos, de maneira a produzir uma criança robusta e bela. Premiava-se também a ascendência, pela adesão a práticas de cuidado e proteção à infância.

Ao longo dos anos, a criança foi adquirindo maior centralidade no Concurso. Em 1937 foram distribuídas “2 medalhas de ouro, duas apólices, bilhete de 200 contos, corrente de

33. *Minas Gerais*, 13/03/1940.

34. *Minas Gerais*, 28/07/1935.

35. *Minas Gerais*, 27/07/1935.

casemira, riquíssimo terno de drapeado de seda, finíssimo par de sapato, riquíssimo vestido”.<sup>36</sup> Já em 1940, foram oferecidos para os selecionados: “1 roupinha de fina confecção, 1 medallhão e 1 quadro Anjo da Guarda, 1 lâmpada de cabeceira, 1 bracelte de ouro com chapinha, 1 lindo estojo escolar, 1 estojo de talher de prata, 1 mobiliazinha para brinquedo, 1 lindo porta jóias, 1 retrato a pastel, 2 livros para crianças, 1 máquina fotográfica”.<sup>37</sup> De mobília laqueada a mobiliazinha de brinquedo, de finíssimo corte de casemira a chapinha, a utilização de diminutivos demonstra que a criança iria ocupar lugar neste cenário, inscrevendo suas marcas, o que pode ser também observado nas atividades do evento. Assim é que, em 1935, as crianças inscritas poderiam assistir a uma matinê gratuita do Gordo e o Magro, ao mesmo tempo que se promovia a exibição do Conjunto Infernal Jazz<sup>38</sup>, durante a parada de Robustez Infantil. Já em 1940,

antes e depois da soleira das tribúidas à senhorinhas presentes às crianças carmelitas e amostadas de profutões Nelson e masmas Amoré. Antes da promariação do resultado do concurso foi facultado às crianças inscritas a entrada no Parque de Diversões da feira de Amostra, onde as mesmas teriam liberdade de utilizar dos aparelhos e divertimentos infantilizados.<sup>39</sup>

Ou seja, buscava-se envolver também a criança no espectáculo, não apenas como exemplar da raça, a ser exposto ao público, mas como espectadora e participante do evento, com necessidade e interesses diferenciados do adulto.

É importante analisar que, se a realização de tais concursos na cidade era amalgama do movimento eugenista, à medida em que este perde força ao longo dos anos, o certame se destaca e diferencia. Sua longevidade demonstra que é ressignificada ao longo das próximas décadas. Matarão-se alterações críticas e técticas de sua conceção?

Ou seja, cabe analisar a permanência de alguns traços culturais na longevidade de tais concursos de celebração de uma estética racial e os deslocamentos que estavam assumidos no diálogo com as práticas culturais mais amplas. Se o discurso claramente eugenista foi perdendo forças, o ideal racial deixa ainda suas marcas na cena social brasileira, informando novas práticas de celebração e de introdução de uma estética corporal claramente europeizada, desqualificadora da identidade racial brasileira.

## Conclusão

A análise dos múltiplos festeiros, ordenados em torno da comemoração da infância, demonstra que esta categoria, tomada no singular, bem pouco revelava diversidade de lugares associados às crianças da cidade, lugares que definiam olhares e práticas sociais diferenciados, endereçados a estes sujeitos nas primeiras décadas da República.

Não é a infância que ocupa a cena, mas as crianças pobres, desvalidas, enjaitadas, robustas, belas, educadas, estudiosas. As diferenças entre elas quanto às crianças eram associadas, nos vários eventos que celebravam, são reveladoras de um movimento de estabelecimento de práticas sociais distintas dirigidas às crianças brasileiras, definidas pelo seu pertencimento social, étnico e de gênero.

Assim, falar da valorização da infância, indicada pela institucionalização de práticas de comemoração da sua especificidade, como o dia da criança, muito pouco nos revela do significado histórico de tais práticas, dialógica que informava a realização de tais festeiros. Para isso, é fundamental pesquisar a singularidade de tais comemorações, através do estu-

36. *Minas Gerais*, 23/07/1937.

37. *Minas Gerais*, 12/03/1940.

38. *Minas Gerais*, 27/07/1935.

39. *Minas Gerais*, 07/05/1940.

do das práticas discursivas que as informavam e dão eventos que lhes conferiam materialidade.

Comemorar a infância ao longo deste período histórico significou articulá-la com um projeto de consolidação da nação republicana e de formação de um cidadão identificado com o ideário de uma pátria unida, embora marcada por profundas divisões sócio-raciais.

A definição e intenção dos diferentes lugares sociais pela criança, através da institucionalização de práticas diferenciadas de comemoração da infância brasileira, constituiam estratégia privilegiada de formação deste futuro cidadão, capaz de servir à pátria na esperança de seu lugar social, mas irmanado num ideal comum.

Comemorar a infância era pois projetar o futuro. No projeto de nação que então se desenhava, buscou-se instituir o sentimento de identidade nacional afirmado na glorificação de um ideal. Todos, indistintamente, independentemente de sua conformação racial ou social, deviam partilhar de um modelo de infância que se celebrava, premiava e munecava.

Àqueles que tinham sua identidade definida a partir da identificação com tal modelo era dada a tarefa de construir o futuro da nação, espelhando em seu corpo e suas ações a responsabilidade desse seu lugar social, o papel na construção de tal futuro. Ao mesmo tempo, aqueles, que por sua conformação racial e inserção social eram impossibilitados de realização de tal ideal, tinham reconhecida pelo Estado e pela população sua especificidade, a ser contemplada através de práticas filantrópicas, auxílio e consolo.

Cabe, por fim, analisar o significado destes eventos. Isso implica refletir sobre até que ponto a consolidação de práticas de comemo-

ração da infância nas camadas dominantes e práticas de proteção à crianças dos setores excluídos significaram uma real valorização da criança ou a infantilização desta.

Renato Janine Ribeiro (1997, p.110) observava que o maior cuidado a se ter nas democracias está relacionado com as infantilizações. Assim é que a instituição da Dia da Criança no Brasil pode ser tomada como reconhecimento da especificidade do lugar social da infância e de sua importância na construção de um projeto de nação. Tal reconhecimento não significa necessariamente valorização da criança, de sua alteridade e distinção em relação ao adulto. Ao contrário, a análise das comemorações em torno da criança, no período aqui estudado, indicou que se buscava garantir e celebrar sua adequação ao projeto do adulto, sendo a mesma de da condição infantil festejada.

Debruçando-se sobre o passado para nele buscar as fontes simbólicas capazes de construir uma integridade para o presente, as festas comemorativas da nação lidaram com os acontecimentos particulares significativos para a reflexão histórica (Velloso, 2000, p.129).

Se alguns traços de realização destes eventos têm seu sentido definido pelo contexto histórico, muitos outros permanecem, assumindo hoje feição diferenciada, mas revelando a permanência de um ideário. Ou seja, se hoje a palavra caridade nos soa anacrônica, se falar em purificação e aprimoramento racial é algo extemporâneo e escandaloso, continuamos projetando e celebrando um ideal racialeuropeizado, excluindo grande parte das crianças brasileiras da realização da cidadania.

## **Fontes**

MINAS GERAIS. Leis e Decretos. Regulamento de assistência e proteção a menores abandonados e delinqüentes. *Coleção de Leis e Decretos*, Belo Horizonte, v.1, 1928.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório apresentado ao S. Ex. Sr. Governador Benedito Valadares sobre o resultado do trabalho social no período administrativo de 1935-1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 14 out. 1927.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 30 jul. 1937.

\_\_\_\_\_. 24 jul. 1937.

JORNAL IMPRENSA DE MINAS, Belo Horizonte, 2 dez. 1914.

JORNAL MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 9, 12 e 13 out. 1925.

\_\_\_\_\_. 12 e 16 out. 1927.

\_\_\_\_\_. 13 out. 1928.

\_\_\_\_\_. 12 out. 1929.

\_\_\_\_\_. 24 dez. 1931.

\_\_\_\_\_. 21 e 23 dez. 1932.

\_\_\_\_\_. 20, 23, 26 e 27 dez. 1933.

\_\_\_\_\_. 4 dez. 1934.

\_\_\_\_\_. 2 abr. 1935.

\_\_\_\_\_. 27 e 28 jul. 1935.

\_\_\_\_\_. 6, 11, 13, 26, 27 e 28 ago. 1935.

\_\_\_\_\_. 11 out. 1935.

\_\_\_\_\_. 28 jul. 1936.

\_\_\_\_\_. 22 dez. 1936.

\_\_\_\_\_. 08 e 14 out. 1938.

\_\_\_\_\_. 1 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. 12 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. 27 e 29 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. 3, 5, 10, 13 e 23 abr. 1940.

\_\_\_\_\_. 5, 07 maio 1940.

REVIS TA DO ENSI NO, Belo Horizonte, v.3, n.23, ou t. 1927.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EU GENIA, 1. Rio de Janeiro, 1929. *Atas e debates*. Rio de Janeiro, s.n. 1929.

### **Referências bibliográficas**

- ATAS do II Encontro Luso-Brasileiro de História. Pobreza, marginalidade, marginalização social. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 1996.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.
- BOSCHI, Caio C. As misericórdias e assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 1996.
- BRANCO, Lúiza P. C. *O Brasil das crianças*. São Paulo: 1927.
- BRESCIANI, Maria Stela M. *Londres e Paris no século XIX, o espelho da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARDOSO, Licínio. *O ensino que nos convém*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.
- CARNEIRO, Levi. Educação e eugenia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., Rio de Janeiro, 1929. *Atas e debates*. Rio de Janeiro: s.n. 1929.
- CORRÊA, Mariza. A revolução dos nordestinos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.66, 1988.
- GEREMEK, Bronislaw. *Apiedade e força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terra mar, s.d.
- JONES, G. Stedman. *Outcast London: a study in the relationships between classes in Victorian society*. London: Clarendon Press Oxford, 1971.
- KEHL, Renato. *Porque sou eugenista: 20 anos de campanha eugênica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Pais, medicos e mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- KUHLMANN JR., Moyés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediane, 1998.
- LACERDA, Palu de. *Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos, 1926.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michel (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.2.
- NOVODÍCIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OZOUF, Mona. *L'homme régénéré: essai sur la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1989.
- PILOTTI, Francisco. Crises e perspectivas da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI; RIZZINI (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño / Editora Universitária Santa Úrsula / Ana Lívia e Editora, 1995.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.19, n.37, 1999.

RIBEIRO, Renato Jamine. O poder de infantilizar. In: GHIRALDELLI, Paulo (Org.) *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

ROQUETE-PINTO, E. *Ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradia: técnicas, ritmos e ritmos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.) *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane M. Texeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cidade da rainha e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Campinas, 1994. Tese (doutorado). UNICAMP, Departamento de História.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano M. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Editorial, 1985.

Recebido em 31.08.00

Approved em 07.11.00

**Cynthia Greive** graduou-se em Psicologia e doutorou-se em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Educação da mesma universidade.

**Maria Cristina Soares Gouveia** graduou-se em História e doutorou-se em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Educação da mesma universidade.